



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

**TEXTO SEM REVISÃO**

<b>COMISSÃO DO ESPORTE</b>			
<b>EVENTO:</b> Audiência Pública	<b>REUNIÃO Nº:</b> 1428/15	<b>DATA:</b> 19/08/2015	
<b>LOCAL:</b> Plenário 04 das Comissões	<b>INÍCIO:</b> 15h16min	<b>TÉRMINO:</b> 17h28min	<b>PÁGINAS:</b> 45

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

**EVANDRO GARLA PEREIRA DA SILVA** - Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte;  
**BELENI SALETE GRANDO** - Professora da Universidade Federal de Mato Grosso e Coordenadora geral do I Fórum Nacional de Políticas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas - I FOPPELIN;  
**KARKAJU PATAXÓ** - Coordenador Técnico dos Jogos Indígenas Pataxó;  
**NEWTON MARCOS GALACHE** - Advogado e Articulador dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas.

**SUMÁRIO**

Debater as ações, perspectivas e legado que os primeiros jogos indígenas deixarão para estes povos e o fomento do esporte indígena no Brasil.

**OBSERVAÇÕES**

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO, SOMENTE PARA CONSULTA.**



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Boa tarde a todos e a todas. Mais uma vez, eu gostaria de pedir aos Deputados que ainda não marcaram presença no novo painel que o façam, por gentileza.

Esta reunião de audiência pública da Comissão do Esporte está sendo realizada em razão da aprovação dos Requerimentos nºs 41 e 60, ambos de 2015, de minha iniciativa e dos Deputados Andres Sanchez, Valadares Filho, Edinho Bez e Hélio Leite; e tem como objetivo debater as ações, perspectivas e legado que os primeiros jogos indígenas deixarão para estes povos e o fomento do esporte indígena no Brasil.

Comunico a todos que Sra. Sônia Guajajara, Coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil — APIB não pôde comparecer por motivos de viagens, segundo nos informou a sua assessoria.

Também informo que o Sr. Hector Valente Franco, Secretário Extraordinário dos Jogos Indígenas, havia confirmado a sua presença. No entanto, sua assessoria enviou um *e-mail* e ofício à Secretaria da Comissão hoje pela manhã, justificando a sua ausência devido à presença de representantes do Ministério da Saúde em Palmas, Tocantins, para tratar do Plano de Contingência para os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas.

Estão presentes neste plenário e prestigiando esta audiência pública o Sr. Arthur José Medeiros de Almeida, professor e doutor em Sociologia da UnB — gostaria que o amigo, que está atrás, ficasse aqui mais na frente, por favor; e o Sr. Aguiar Santos, ambos do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena — ITC. Obrigado pela presença.

Antes de dar início às apresentações, convido para compor a Mesa o Sr. Evandro Garla Pereira da Silva, Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte (*palmas*); a Sra. Beleni Salete Grando, professora da Universidade Federal de Mato Grosso e Coordenadora Geral do I Fórum Nacional de Políticas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas — I FOPPELIN, a quem agradeço pela presença. (*Palmas.*)

Convido também para compor a Mesa o Sr. Newton Marcos Galache, advogado e articulador dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, representando o Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena. (*Palmas.*)



Convido também para compor a nossa Mesa o Sr. Karkaju Pataxó, Coordenador Técnico dos Jogos Indígenas Pataxó. (*Palmas.*)

Antes de passar às exposições, desejo informar as regras da condução dos trabalhos desta audiência pública. O convidado deverá limitar-se ao tema em debate e disporá de 10 minutos para suas preleções, não podendo ser aparteado. Após as exposições, serão abertos os debates. Os Deputados interessados em interpelar os palestrantes deverão inscrever-se previamente e poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos. Será permitida a réplica de qualquer participante que seja citado durante os debates.

Então, se os Deputados já quiserem fazer sua inscrição, daqui a pouco vai ser passada uma lista para que V.Exas. possam se inscrever e assim abrilhantar o debate.

Com a palavra o Sr. Evandro Garla Pereira da Silva.

**O SR. EVANDRO GARLA PEREIRA DA SILVA** - Muito boa tarde, nobre Deputado Márcio Marinho, Presidente da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados, e demais Parlamentares.

Sr. Presidente, é um grande privilégio e uma grande satisfação estar nesta Mesa, participando desta audiência pública, que trata de um assunto tão importante: os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas e, principalmente, o que o Ministério do Esporte tem realizado hoje de fomento às políticas públicas do esporte voltadas para a comunidade dos povos indígenas.

O próprio Ministro George Hilton tem acompanhado de perto todo o trabalho desenvolvido pela nossa Secretaria, que é onde está hoje a coordenação. Inclusive agradeço a presença das nossas Diretoras Andréia e Simone e também do Coordenador-Geral de Políticas Esportivas, o Jorge Pankará. Hoje, na gestão atual, estamos muito preocupados não apenas com a realização dos jogos, mas também com as políticas públicas que debateremos nesta audiência pública.

Para adiantar, já que o nosso tempo é de 10 minutos, no eslaide...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Secretário, se V.Sa. achar melhor ficar em pé, ali há um microfone sem fio que V.Sa. pode utilizar.

**O SR. EVANDRO GARLA PEREIRA DA SILVA** - Obrigado.



*(Segue-se exibição de imagens.)*

Então, senhoras e senhores, o Ministério do Esporte, desde a sua criação em 2002, tem desenvolvido inúmeras ações junto às comunidades dos povos indígenas. Dentre elas, podemos citar a criação da Coordenação-Geral de Políticas Esportivas Indígenas, sob o comando de um indígena ligado hoje à SNELIS — Secretaria Finalística de Programas Sociais, o Jorge Pankará, líder tribal na cidade de Itacuruba, Pernambuco. Anteriormente, o Rivelino, também indígena, estava como coordenador dessa área.

Podemos citar também o apoio às edições nacionais dos Jogos Indígenas, Jogos Pataxós e Jogos Xinguanos, no Xingu. Já foram realizadas 12 edições. Desde a criação do Ministério do Esporte, ele participou de seis edições, aportando recursos e dando o apoio necessário.

Na última edição dos jogos nacionais, que aconteceu em Cuiabá, representantes do Ministério do Esporte, do ITC, do Estado de Tocantins, do Município de Palmas e de várias etnias que estavam ali presentes — havia quase 17 países participando dessa edição — debateram a realização dos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas.

Agora em 2015, o Ministério do Esporte, em parceria com o ITC, com a Prefeitura de Palmas, com o Estado de Tocantins e também com o PNUD, realizará esse grande evento em outubro.

Vou passar um vídeo para os senhores. Pode deixar com vocês? Por favor.

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Márcio Marinho) - Gostaria que aumentassem o som do áudio, para que pudéssemos acompanhar o que está sendo falado, por favor.

*(Pausa.)*

**O SR. EVANDRO GARLA PEREIRA DA SILVA** - Enquanto estão preparando a parte do áudio, vou continuar a falar aqui sobre as iniciativas que o Ministério do Esporte tem feito. A implementação de uma infraestrutura em Dourados, no Mato Grosso do Sul. Essa foi uma estrutura exclusiva para os povos indígenas que o Ministério aportou, construiu e está lá hoje instalado.

A implementação do Programa Forças no Esporte em comunidade indígena, lá em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas. Nós temos o Programa Segundo



Tempo — PST, nobre Presidente, que tem uma série de vertentes. Nós temos o Programa Segundo Tempo padrão, temos o Programa Segundo Tempo no sentido de navegar, temos o Programa Segundo Tempo para, no caso aqui, as comunidades indígenas e temos o Programa Segundo Tempo junto com as Forças Armadas. Então, as Forças Armadas, no Amazonas, estão com o núcleo do Programa Segundo Tempo instalado na sociedade.

Também há a implementação do PELC, que é o Projeto Esporte e Lazer da Cidade — diga-se de passagem, a nossa Coordenadora acabou de chegar — em comunidade indígena em Formoso do Araguaia, no Tocantins. A Coordenadora é a Ana Elenara, do nosso programa PELC, e a Coordenadora do PST é a Cláudia Bernardo, que também está aqui. Agradeço-lhes a presença.

A implementação de atividades do esporte na escola por meio do Programa Mais Educação em 69 escolas indígenas é outra vertente que nós temos do Programa Segundo Tempo. Foi feita uma parceria, juntamente com o Ministério da Educação — MEC, para que se adotasse, no macrocampo esporte, o trabalho do Programa Segundo Tempo. Então, nesse caso, hoje existem 69 escolas indígenas. Esse programa é mais conhecido como Esporte na Escola. Os projetos cancelados na Lei de Incentivo ao Esporte foram dois: a décima edição dos Jogos dos Povos Indígenas, em 2009, e, também, Arquearia Indígena do Amazonas para o Rio 2016 — que foi realizado em 2013.

Outra vertente das políticas e das ações do Ministério são as pesquisas e publicações sobre políticas públicas de esporte e lazer para os povos indígenas. Nós temos hoje, dentro da nossa Secretaria, um programa chamado Rede CEDES — Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer, que é a parte de desenvolvimento de pesquisas e de divulgação de livros e de publicações. Então, também, estamos hoje fazendo esse trabalho junto às comunidades indígenas, tanto que a nobre professora está mostrando isso ao nosso Presidente.

No sentido de recursos financeiros, houve uma ampliação dos recursos aplicados em demandas indígenas. Até 2012, estavam sendo empregados ao ano 100 mil reais. Em 2013, já foi para 3 milhões e 700 mil. Já em 2014, 5 milhões e 365 mil e, neste ano, 10 milhões de reais. Tanto que nós já colocamos para o Projeto de



Lei Orçamentária Anual — PLOA 2016 esse recurso para as demais ações que nós queremos e vamos desenvolver no ano que vem.

Também, o Fórum Nacional de Políticas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas foi realizado neste ano. Não vou entrar tanto nesse assunto porque nós estamos aqui com a nossa Coordenadora, professora Beline Salete, que estará falando mais sobre o que foi feito no nosso fórum. *(Pausa.)*

Por incrível que pareça, os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas fazem parte de um amplo projeto do Ministério do Esporte. Muitas pessoas até perguntam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se os jogos são o carro-chefe do Ministério. O Ministério do Esporte apoia os jogos mundiais, como apoiou os jogos nacionais, mas ele, também, está preocupado e trabalhando para as políticas públicas de desenvolvimento esportivo para a comunidade indígena.

As atribuições da nossa Coordenação hoje são incentivar, fomentar e valorizar o esporte tradicional indígena por meio de manifestações corporais, costumes e tradições, respeitando a especificidade de cada povo. Também é implementar programas e projetos voltados a esse público, fomentando a participação, ampliação e efetivação de programas já existentes no Ministério do Esporte.

Analisar, pedagogicamente, projetos técnicos dos jogos e eventos, com a elaboração de parecer de mérito e acompanhamento até a execução do evento das atividades demandadas, com a iniciativa própria indígena. Também é discutir políticas de esporte e lazer com e para os povos indígenas.

Algo que também o Ministério tem trabalhado muito são as articulações intersetoriais, dentre elas, o Ministério do Esporte, com várias representações indígenas nas instâncias governamentais, por exemplo, a Comissão Nacional de Política Indigenista, a CNPI. O Ministério do Esporte é convidado permanente para articular política de esporte e lazer junto aos povos indígenas com o conhecimento e aval da CNPI. O Colegiado Indígena também é convidado permanente para articular e defender políticas de esporte e cultura junto aos povos indígenas com o conhecimento e aval do Colegiado Indígena. O I Congresso Latino-Americano Povos Indígenas e Interculturalidade também foi convidado.



Aqui, em 2014, foi feito acompanhamento *in loco* das ações, na arena dos Jogos Pataxó. Eventos de 2015: o encontro de mediadores indígenas, que foi o fórum sobre o qual a nobre professora falará; Jogos do Xingu, que foi este ano. Tivemos até o José Ivan, que esteve lá participando, com o acompanhamento *in loco* do fórum. E, para nós, os desafios e perspectivas são firmar parceria com a FUNAI, SESA e outros órgãos federais para facilitar o processo de descentralização de crédito para as ações pertinentes aos povos indígenas junto às estruturas organizacionais desses órgãos e promover, regularmente, o Fórum Nacional de Políticas Públicas para os Povos Indígenas, para fortalecer o direito ao esporte, lazer e cultura e difundir, por meio do I Jogos Mundiais, a valorização dos direitos dos povos indígenas e o envolvimento das nações indígenas. Continuando nos desafios e perspectivas, o Ministério do Esporte encontra-se em articulação com os órgãos federais, o CNPI e as organizações do movimento indígena, a fim de estabelecer os desdobramentos para a efetivação dos direitos aos povos indígenas. As propostas construídas no fórum foram apresentadas aos representantes de cada órgão com o intuito de se tornarem concretizadas a curto, médio e longo prazos. Também, na articulação com os povos indígenas nas etapas regionais da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista, o Ministério tem participado das estaduais e também participará da Conferência Nacional, articulando nessas agendas oficinas locais junto às lideranças indígenas para planejamento e orientações para a elaboração das políticas de esporte e lazer.

Aqui está o *e-mail* da nossa Coordenação.

Agora vamos tentar passar o primeiro vídeo dos Jogos Mundiais Indígenas.

*(Exibição de vídeo.)*

Eles vieram, eles chegaram como eles são. Então, o objetivo dos Jogos dos Povos Indígenas é unir essas nações indígenas.

*(Exibição de vídeo.)*

*(Palmas.)*

**O SR. EVANDRO GARLA PEREIRA DA SILVA** - Sr. Presidente, com a autorização de V.Exa., eu gostaria de deixar o comunicado do nosso Ministro em todas estas ações de que ele tem conhecimento, é óbvio, para dar notoriedade aos demais membros desta Comissão. E também, nesta mesma pasta do Ministério,



estamos deixando a carta do Primeiro Fórum Nacional de Políticas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas, até mesmo para acompanhamento e para entender o que foi realizado dentro deste fórum.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Secretário Evandro.

*(Palmas.)*

Concedo a palavra à Sra. Beleni Salete Grandó. V.Sa. dispõe de 10 minutos.

**A SRA. BELENI SALETE GRANDO** - Boa tarde a todos. Em nome do Presidente, o Deputado Márcio Marinho, eu cumprimento os presentes à mesa e os Deputados, parabenizando-os por este encontro, este momento. Quero destacar a importância de que esta Comissão estivesse toda aqui de preferência. Quando se trata dos povos indígenas, nós não conhecemos. Então, eu gostaria de começar a minha fala, pontuando isso.

Por isso, quando fui convidada para estar neste momento, com estas duas grandes temáticas para uma única audiência: ações, perspectivas e legados dos primeiros jogos... O que deixam para os povos estes jogos? Eu penso que o que o Marcos e o Carlos Terena já pontuaram na fala rapidamente no vídeo já demanda o sonho de estar junto, conhecer o outro e, principalmente, sonhar com a possibilidade de nós, Brasil, conhecermos quem é da "terra *brasilis*". Então, eu penso que este é um legado. E eu não vou me pontuar neste primeiro aspecto.

O segundo aspecto: fomento do esporte indígena no Brasil, também é uma pauta extremamente interessante. Eu diria que seriam dois momentos importantes que esta Câmara deveria pontuar, por quê? Porque o fomento é base para se fazer o encontro. Na minha fala, eu vou trazer elementos que têm a ver com o projeto que eu coordeno pelo Ministério do Esporte, a convite do Ministério do Esporte. É um projeto para pensar e ajudar a discutir a política de esporte e lazer para os povos indígenas.

Dentro dessa política, que tem este projeto que visa a subsidiar justamente essas ações do Ministério, junto à coordenação criada com este objetivo de fomentar as políticas de esporte e lazer dos povos indígenas; é que o nosso projeto vem ajudar a organizar esta agenda de debates com as lideranças indígenas, para que juntos pudéssemos construir este primeiro fórum. Então, na nossa parceria com





o Ministério, como instituição pública; com universidades, pelas experiências que temos acumulado como pesquisadores, e com militantes da questão indígena, há esta colaboração.

Então, qual foi a estratégia? Como você discute política sem os sujeitos que vão ser atendidos por esta política? É por isso mesmo que eu comecei dizendo que nós temos uma diversidade e temos que conhecer esta realidade. Por isso mesmo, com a estratégia construída com a coordenação, com a liderança de um indígena no Ministério é que nós construímos essa agenda que começou com um encontro de mediadores e aí, então, nós pontuamos para eles que cada Estado teria que ter um representante. Isto não quer dizer que cada Estado seja capaz de dizer quem são os povos do seu Estado, porque cada um desses povos é diferente. No Amazonas, há povos que vivem na cidade de Manaus, há outros que vivem em cidades quase toda indígena, como Cachoeira, e há ainda aqueles que têm de viajar durante 20 dias para chegar a Manaus. Falar então do Estado do Amazonas e dos seus povos indígenas não é tão simples assim.

Nós fizemos essa opção com a Coordenação Indígena do Ministério, de trazer os Estados, porque todas as vezes que se fala em esporte fala-se de jogos escolares, de jogos regionais. Toda organização esportiva está pautada nos Estados. Por isso organizamos dessa maneira e não na lógica indígena. Foi um diálogo interinstitucional.

A partir dessa organização, nós buscamos subsidiar então, com o objetivo de garantir a quem tivesse mais representação, os 31 indígenas que participaram do encontro realizado em Brasília, no Ministério, nos dias 30 e 31 de janeiro, e foi com esses mediadores — nós chamamos de mediadores — que nós construímos o trabalho realizado no fórum, como mobilizar esses indígenas regionais, quem seriam os representantes e que critério seriam utilizados para a escolha desses indígenas. Aí foi pautado que deveriam ser anciões, jovens, mulheres e também pessoas que trabalhassem com a área de saúde.

Diz-se que esporte é saúde? Não necessariamente, porque ele pode ser inclusive não saúde". Quando eu tenho como consequência da prática esportiva uma lesão, por exemplo, e eu tenho de voltar para a roça, eu deixo de fazer isso; ou como acontece com os Xavantes, fui a um ritual onde um indígena se lesionou, um dos



padrinhos importantes, uma liderança, e ele teria que dançar, mas tinha tido uma distensão muscular e não pôde cumprir o seu papel de padrinho, de fazer parte daquele ritual devido a uma distensão por ter jogado uma partida de futebol no dia anterior.

Vejam, é complexo falar em esporte, e é esta dimensão que nós, e também os indígenas, pontuamos quando se discute esporte indígena.

Nós, no Foppelin, o primeiro fórum de políticas públicas (por isso os dois Ps) de esporte e lazer indígena, reunimos 307 pessoas em Cuiabá, 219 indígenas, sendo que desses 219 havia 139 representações étnicas diferentes. É importante dizer isso, porque estamos falando de Terena, e o colega Nilton, do ITC, é Terena de Mato Grosso do Sul, mas havia Terena de São Paulo, de Mato Grosso e do Tocantins, se eu não me engano. Então, quando alguém diz assim: "Vamos trazer um Terena..." Como trazer um Terena? De que Terena você está falando? Mesmo que tenhamos um Estado e uma etnia, não estamos falando de Terena? Não, nós não estamos falando dos mesmos Terenas.

Então, nós precisamos pensar essa representatividade, porque são 239 comunidades indígenas representadas, o que é diferente. São 300 povos indígenas no Brasil. A maioria dos nossos representantes e os brasileiros de modo geral não sabem nem de 30, quanto mais 300. Houve, então, referência a essa dimensão.

De não indígenas que participaram 48 eram representantes institucionais. Estavam ali toda a equipe da coordenação do Ministério do Esporte, a SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena), com uma presença permanente no fórum, participando de todo o debate, assim como Senadores, Deputados Federais e representantes de vários segmentos e de instituições, como a FUNAI, que cuidam das questões indígenas. Pudemos ouvir palestrantes dessas representações e convidados de várias universidades de todo o País. Então, a organização do fórum com esses não indígenas não eram quaisquer pessoas também.

E, dentro desses 88, dez eram só do Estado do Mato Grosso. Nós aproveitamos a realização do evento em Mato Grosso para fazer um fórum estadual dentro do fórum principal, mobilizando os gestores do Estado. Participaram então desse fórum os dez gestores ligados a secretarias de Esporte, Cultura, Lazer e



Saúde, além dos representantes das universidades. Participaram também 30 não indígenas da Comissão de Organização para dar conta dessa dimensão.

Além disso, como colaboração e em parceria com a universidade, trouxemos 74 indígenas Bororo, Umutina e Chiquitano, que fizeram as apresentações culturais, pois que o Carcaju, da Bahia, por exemplo, não podia levar toda a sua comunidade para fazer uma apresentação em Cuiabá. Ele não podia fazer isso. Como mediador da Bahia, ele teria que levar um representante de povos indígenas da maior diversidade possível do Estado. Não dava para fazer uma dança da aldeia dele.

Portanto, além desses, estiveram presentes alguns que não contamos como participantes, embora tenham participado em vários momentos.

Fizemos, também, a partir desse fórum, um diagnóstico com várias questões, como pesquisadores que têm o papel de contribuir com as políticas públicas. Então, além desse diálogo, do debate e da organização do fórum, formamos mesas temáticas com grupos de trabalho coordenados pelos mediadores, pessoas que já estavam em Brasília, que conhecem as políticas e as temáticas. Eles coordenaram o debate nos grupos de trabalho.

A partir dos grupos de trabalhos, foram elaboradas propostas, sugestões de alteração e questionamentos. O debate foi então regional passando por vários Estados, por aproximação de realidades. A partir disso também, fizemos questão de aplicar um questionário-diagnóstico. Fomos buscar mais elementos de cada realidade dos participantes.

Surgiram algumas questões pertinentes, mas eu vou trabalhar apenas em cima de uma delas, que tipo de experiências esportivas a sua comunidade, a sua etnia participa, quem as organiza, quais são elas. Recebemos 148 respostas dessas comunidades. Podemos dizer então que 148 representantes de comunidade indígenas falaram da sua aldeia; desses, 133 disseram que existem práticas esportivas em suas aldeias e 15 disseram que não há. Daí, podemos questionar: todos têm prática esportiva ou não? O que eles estão chamando de prática esportiva? E aí trago esta questão para o debate: o que os indígenas chamam de esporte indígena? O que são os jogos indígenas? O que é lazer para os povos indígenas? De quais indígenas nós estamos falando?



As práticas que acontecem nos jogos indígenas são todas elas esportivas. É isto que os indígenas entendem como esporte? O que eles entendem por lazer?

Temos aqui práticas que serão vistas nos jogos mundiais, práticas que têm a ver. Podem chamar de práticas esportivas, são esportes para eles, e vamos ver muito disso no documento, Sr. Presidente, distribuído para todos aqui pelo Ministério, resultado do fórum. Eles vão falar, ao mesmo tempo em que afirmam demandas de práticas esportivas, do resgate das práticas esportivas.

É esta consideração que nós vamos ter que pontuar. Exemplo disso acontece nos Jogos do Xingu, um parque nacional dentro do Estado do Mato Grosso, com a participação de 600 atletas. Dentre todos esses jogos extremamente tradicionais há também o futebol, com 14 times masculinos e 8 femininos, o equivalente a 80% dos participantes, homens e mulheres jogando futebol. E aí, nesses jogos em Mato Grosso, houve a preocupação dos organizadores xinguanos e de lideranças xinguanas: "Olhem, não queremos brigas, joguem bem, brinquem bem."

Então, eu vejo que o sentido do jogo de futebol é muito mais do que o da competição em si, é o de uma grande congregação, assim como é o Kuarup, um grande evento que alguns consideram como esporte também e que, na realidade, é um ritual funeral. O Kuarup é um funeral no Xingu e vira um espetáculo esportivo de práticas corporais. Então, essa relativização do sentido que é dado para cada comunidade é que tem que ser pontuada quando se fala em esporte e lazer.

Aqui são mostradas as mulheres. Essas mesmas mulheres que estão apresentando uma prática tradicional extremamente cuidadosa, respeitosa, ritualística e religiosa também são o que nós vamos chamar de atletas, mas não dá pra compará-las com atletas como as nossas do futebol. Então, esse é o grande desafio.

As práticas corporais que nós vamos ver nos jogos nós temos no cotidiano das aldeias — aqui, o menino está fazendo uma ginástica; a água faz parte do ambiente. É por isso que o nosso fórum pontuou eixos temáticos. Os povos indígenas não veem as coisas desconectadas em nenhum momento, e isso é fundamental.

Isso seria uma natação? Bom, nos jogos indígenas há natação. Quando se aprende a nadar e onde? Qual a relevância desse nadar?



Seria o arco e flecha que há nos Jogos Indígenas o que esses meninos estão treinando para participar dos Jogos Mundiais? Seria essa a nossa compreensão? Eles entendem isso?

Seria a corrida, que também é uma prática que acontece nos Jogos Mundiais, o que esses jovens guerreiros estão praticando?

Seria a canoagem que essa jovem está praticando a que também acontece nos Jogos Mundiais? Ela estaria chamando isso de esporte?

Por acaso, seria o cabo de guerra, que também faz parte dos Jogos Mundiais, o que esses meninos estão fazendo?

Pela vestimenta, percebe-se que a tribo fica quase na Venezuela.

Nós pagamos a passagem para o nosso representante do Amapá sair, Secretário, lá da cidade dele e ir até Macapá, para pegar um avião. Ele ia pagar um carro para levá-lo até Macapá. Como era um índio que o dono do carro teria que transportar, ele disse: *“Eu vou amanhã, não vou hoje”*. Nós liberamos 400 reais do Ministério para ele fazer esse traslado e, simplesmente, quem tinha que buscá-lo não foi, buscou-o no dia seguinte. Ele, que era o nosso mediador, perdeu o avião.

Vejam que esses são elementos básicos a considerar quando se trata de um povo que é desrespeitado cotidianamente em todas as situações. Ele é uma liderança e fez um acordo: *“Eu vou lhe pagar para você me levar, como você faz com todo o mundo da aldeia”*, e o contratado simplesmente não foi buscá-lo.

Então, nós temos, sim, problemas com a questão de fomento quando temos que prestar conta de uma pessoa que foi extremamente responsável, mas não conseguiu chegar, assim como quando, nos Jogos de Pernambuco, o Governador diz que não vai pagar pra cinco índios saírem e pegarem avião — eles já tinham viajado 5 dias ou mais, e aí, simplesmente, ele diz que não vai pagar, porque ele que estava nos jogos. Esse de 2007, que era os Waiwai, que tinham o primeiro (*ininteligível*) lá na aldeia...

Vejam que é essa complexidade que nós temos que considerar. Aí, o fórum trouxe vários elementos. Há muito trabalho para o Legislativo, sim, porque se tem que pensar outra forma de fomento e de prestação de contas, e tudo isso pra garantir que haja esporte e lazer para os povos indígenas.



O Marcos é tarimbado nessa questão da prestação de contas, porque, quando se tem que trazer uma comunidade inteira — não é isso, Newton? —, o processo é extremamente complexo. De onde eles vêm?

A bola não é tão estranha assim, ela sempre fez parte das práticas corporais indígenas.

Isso é esporte? Bom, eu não dou conta de fazer isso de jeito nenhum, porque é mais do que o peixinho do voleibol.

Em termos de resultado da pesquisa, que práticas vamos ter nas comunidades indígenas? daquelas 133 comunidades indígenas que disseram que têm práticas esportivas, 91 dizem que têm futebol, 11 dizem que têm futsal e 13 dizem que tem vôlei.

Bom, para haver futsal, nós temos que ter cimento. Se não tem cimento, não tem futsal. Mas a bola está rolando? Que tipo de prática é essa? Eles vão ver ali a peteca. Eles estão dizendo que a peteca é prática esportiva. Quem é que está dizendo que peteca é prática esportiva? Quem é que quer o quê como esporte?

Por isso, eles também vão pedir que sejam resgatadas e valorizadas as práticas corporais tradicionais nos documentos. É uma prática nossa, nacional, fazer a peteca, o jogo de peteca. Assim como a capoeira é nossa, a peteca também é. E por que a peteca não pode vir a ser um esporte olímpico depois, assim como a capoeira está brigando hoje? E ela é mais massificada no mundo todo.

Então, esses elementos são fundamentais. Mas eles têm que ser incentivados, porque nós temos uma riqueza de práticas corporais inclusive com bola, com alto rendimento de técnica corporal, o que poderia ser aprimorado. Mas é preciso valorizar a sua raiz.

Dentro dos jogos, qual é o sentido do esporte? E aí o Edmar, que é um rapaz que dançou lá na apresentação — nós o entrevistamos no fórum —, disse que ele, como um jovem bororo lá da Aldeia Meruri, tem o esporte dele, o que é sagrado. A corrida de mano, assim como a corrida de tora, é sagrada. Para ele, aquilo é esporte. Toda aquela ansiedade da competição está presente. É uma competição, ele tem que se preparar para aquilo.

Ganhar a competição não é só vencer, porque, se ele ganhar ou perder, tem a ver com o mundo espiritual. Então, ele não pode simplesmente não estar atrelado



a essa tensão. Para ele, isso é esporte. Existe toda essa dimensão da adrenalina do esporte. Mas ele disse que é diferente do futebol, porque lá há outra prática. E eu pude acompanhar isso bem de perto, essa relação de como é diferente jogar, que depende com quem se joga.

Então, por exemplo, o futebol que acontece na Aldeia Munduruku, lá em Mato Grosso na região de Juara, vai ter outro sentido. Esse esporte não é o mesmo para esse menino. O futebol lá é por etnias. Então, ele precisa de outra relação. Lá em Meruri vão jogar só com o não indígena. É como se eles fossem para a guerra todas as vezes. Ganhar um futebol ali é como ganhar a valorização dentro do povo não indígena. *“Nós somos bons tanto quanto vocês”*.

No caso dos umutina e dos munduruku, não. Jogar com os kaiabi e os kayapó é uma maneira de integração entre um povo diferente que está partilhando o mesmo território. Então...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Sra. Beleni, o seu tempo já estourou. Já faz 10 minutos, e eu queria que a senhora concluísse. Por favor!

**A SRA. BELENI SALETE GRANDO** - O.k. Então, a ideia é justamente que precisamos pontuar que há diferentes concepções. E aí o tempo de lazer, do que chamamos de lazer, é o oposto do não trabalho? Para um povo que o trabalho não tem essa fragmentação capitalista do trabalho e do não trabalho, que o bem viver tem que ser pontuado, eu não posso fazer simplesmente uma relação rasa disso. Eu tenho que ir muito mais, tenho que ir além disso.

Para fechar, eu gostaria de pontuar essa questão de que as organizações indígenas já acontecem. Os senhores podem ver que, em sua maioria, são as próprias comunidades que organizam as práticas esportivas dentro da comunidade. Então, quando se fala em fomento ao esporte indígena, é fomento aos indígenas para fazerem o seu esporte. Eles têm as suas lideranças e sua forma de organização. E é isso o que nós precisamos pontuar.

A escola é um elemento que está presente também, mas podem ver que, muitas vezes, ela é muito pouco. A escola, embora alguns achem que ela tem que ser igual para todos, muitas vezes ela tem todos os elementos da nossa, como a tesoura, o papel, a cola, as crianças e tudo mais, mas não é a mesma escola. E isso não significa que essa escola seja inferior à de quatro paredes. Então, ter quatro



paredes, ter quadro ou ter bola não garante qualidade alguma. O que garante a qualidade é o protagonismo de quem faz, de fato, essa relação.

E aí o que acontece nos Jogos dos Povos Indígenas a justamente essa aprendizagem que não é só para quem está jogando. Essas crianças estão nos jogos mundiais sempre, e elas também estão aprendendo nos jogos mundiais. Então, em termos de legado, os jogos mundiais, assim como os jogos regionais, assim como aqueles jogos lá no mundo urucu, com o kaiabiu e o apiaká, vai possibilitar que as crianças se conheçam, se respeitem e autorizem. Por isso, sem essa primeira base, não há vida, se não tem terra. Então, a primeira coisa que eles pautam em todas as demandas é a questão do direito à vida. Sem o direito à vida, não há direito ao esporte.

Era isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Sra. Beleni Salete Grando, que é do I Fórum Nacional de Políticas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas. Obrigado pela sua brilhante apresentação.

Neste momento falará o Sr. Karkaju Pataxó. O senhor tem a palavra pelo tempo de 10 minutos.

**O SR. KARKAJU PATAXÓ** - Boa tarde a todas e a todos. A apresentação para depois, nem precisa, porque acho que a Profa. Beleni, dentro da explanação dela, já contempla muita coisa do que eu ia abordar. Mas em se tratando de jogos indígenas, a gente entra numa complexidade de diferenciação, o que é esporte para a gente, o que é a cultura, que é uma coisa que está muito interligada. Então, a temática é importantíssima para a gente refletir em relação à questão do esporte, mas eu não consigo tirar isso do meu contexto de cultura também, das minhas práticas do dia a dia, porque elas estão interligadas.

Iniciamos os Jogos Pataxó em..., a primeira participação, na verdade, aqui em Brasília, no Brasil: Outros 500, foi quando nós tivemos o primeiro contato com atividade relacionada a esporte indígena, fora da aldeia, num contexto que não fosse só o futebol. Em 2000, com a parceria com a escola indígena de Coroa Vermelha e o Canal *Futura*, nós iniciamos a I Olimpíada Pataxó, aí começou a primeira atividade de evento esportivo, quando a gente começou a contemplar as modalidades que,





até então, eram tidas mais como brincadeiras, atividades do dia a dia onde era comum a prática, por exemplo, do patxi ucai, que é uma luta, que, na verdade, é um aquecimento antes de tomar banho nos rios, então era praticada uma luta, onde havia um ganhar e perder, e quem ganhava tinha que pagar, por exemplo, uma prenda de dez cocos, enfim, ou um peixe, alguma coisa nesse sentido. E a partir daí, a gente trouxe essas brincadeiras culturais para dentro de um evento esportivo, e aí com a participação dentro dos Jogos dos Povos Indígenas, a gente trouxe para a comunidade a concepção de evento e as práticas de esporte, aí sim, com um formato mais fechado para atender muito mais a um projeto que a gente tinha escrito, para não fugir do que a gente pensava fazer de jogos indígenas.

Tivemos vários desafios. O primeiro, quando começamos os Jogos Indígenas nós não tínhamos, até então não se vislumbrava a política de fomento ao esporte indígena, isso em 2000. A gente tinha dificuldade em apresentar uma proposta. Primeiro no próprio Município, os representantes do Município não entendiam a prática de fomento ao esporte indígena como uma atividade que pudesse ser interessante para o gestor público. Até porque essa atividade lá na minha aldeia se iniciou numa escola indígena e, a partir daí, a gente fez com que esse evento fosse assistido e prestigiado pelo pessoal de fora, de uma forma interativa.

Com isso, o evento foi crescendo, e tornar esse evento interativo com os não-indígenas foi trazer para dentro dos Jogos Indígenas atividades com organizações locais, que trabalhavam com crianças carentes, então, os Jogos Indígenas Pataxó trazem para o evento atividades esportivas com ONGs que trabalham com crianças em situação de risco. Isso para a gente foi importantíssimo, estreitar esse diálogo com outras organizações, e aí fazer entender que os Jogos Indígenas não são fechados só para as questões do índio, embora nossas práticas sejam bem particulares à comunidade indígena às quais elas pertençam, mas o estreitamento do diálogo tem que existir, sim, para que a gente possa levar o que nos faz cidadãos dentro da nossa comunidade, para fora, para também formar cidadãos fora das nossas comunidades, assim como os índios têm o ensino formal, em escolas convencionais, fora das aldeias.

Desafios: a gente não vê, dentro dos Jogos Indígenas, o índio como atleta de alto rendimento. A gente o vê como índio, a gente o vê como parente, alguém que



está ali exercendo uma atividade esportiva-cultural. Mas também não dá para fugir daquela situação em que um indígena tem, sim, potencial que pode ser desenvolvido, em quem pode se investir, e nós não temos investimento nesse sentido, de se formar um atleta para que ele chegue a ter alto rendimento. Muitas vezes, quando aparece um indígena que é atleta ligado a uma federação, muitas vezes ele é impedido de falar que é indígena. Então, se a gente for fazer um levantamento hoje de quantos são os índios dentro de uma federação de esporte indígena, dificilmente a gente vai ter uma quantidade significativa, dentro de um número de etnias no Brasil, que passam de trezentas etnias. Então, é irrisório o que a gente vê. Mas, caminhamos, sim, para poder conquistar esse espaço.

Dentro dos nossos Jogos a gente não tem diferenciação, por exemplo, de idade. A gente brinca que tem atleta de 8 anos competindo com atleta de 80 anos. É uma coisa que a gente não desvincula. O nosso aprendizado não está separado por idades, mas entendemos que, em alguns momentos, isso vai se tornar importante, porque a gente precisa também fazer uma adequação do que nós temos em termos de esporte para atender a essas políticas que chegam, todos os dias, perto das aldeias. Citando um exemplo local, na minha aldeia, perdemos agora dois atletas de vela porque não tinham patrocínio, não tinham como se manter, e aí como passaram de uma classe... Eu não entendo muito bem de classe de navegação, mas acho que passou para uma classe laser, e como não tinha patrocínio, não tinha como se sustentar, hoje o rapaz, que era atleta, é pai de família; a menina também, que era atleta, que se destacava na Bahia, que sempre estava entre o primeiro, segundo e terceiro lugares, eram os lugares que ela e ele sempre alcançavam, e hoje ela também está casada, já não pratica mais o esporte como competição. E aí entra outro fator marcante também: os nossos atletas também são pais de família, são mulheres, são donas de casa, são agricultoras, são artesãs, a gente também não desvincula essa atividade do nosso dia a dia, até porque a gente sempre fala que os Jogos, a realização do evento não é o nosso foco principal. Por quê? O que acontece depois dos Jogos? São as crianças, no dia a dia, confeccionando pequenos arcos e flechas de talas de coco, são crianças brincando na escola com a luta. E isso avança, não fica só focado na questão dos Jogos. A gente vê no dia a dia as crianças trazendo o resultado do que elas viram nos Jogos para querer um



dia se tornar, por exemplo, um ganhador da corrida com tora, um ganhador da luta ou, quem sabe, um campeão de arco e flecha, como a gente vê nas atividades que depois nós realizamos com os alunos, fazendo redações, em que eles dizem que querem ser que nem um dos atletas de corrida com tora. “Oh, eu quero ser que nem o professor Aoy ”, que ainda não perdeu a corrida com tora, e todos querem ser como ele; ou então bater o recorde dele, dentro dos Jogos.

Os Jogos, pegando também como base, não só nacional, mas também em atividades regionais e estaduais, levamos para os Jogos Pataxó um fórum onde a gente pudesse discutir outras políticas. No ano passado, nos Jogos Pataxó, a temática foi a mulher. Não a mulher indígena, mas a mulher, no geral, a mulher não-india, a mulher negra, a mulher da cidade, as nossas vizinhas, as nossas mulheres vizinhas das aldeias. Uma coisa que a gente teve que discutir muito com as lideranças foi tentar trazer para fora das aldeias essa problemática que nós temos, os desafios que nós temos também, porque, muitas vezes, nos pegamos praticando alguns atos, até de uma cultura machista, quando a gente não abria espaço para a mulher participar dos eventos, e hoje o espaço é garantido e maciço. A participação de mulheres hoje nos Jogos Indígenas é grande, inclusive, não é o caso de a gente pedir que elas participem. Elas querem participar, e se fazem presentes.

Outro fator marcante também foi a divisão, no caso lá de Porto Seguro e Cabralia, que são os dois Municípios onde a gente trabalha os Jogos Indígenas como evento fora da aldeia: no Município de Porto Seguro, nas dezoito aldeias, todas as escolas têm Jogos Indígenas, então, acaba que os Jogos em Porto Seguro são uma miniolimpíada, quem está nas aldeias quer ir para os jogos de Porto Seguro para poder se mostrar. Houve uma divisão quando a gente a fazer também os jogos infantis, porque havia também uma cobrança das crianças de terem Jogos que fossem a cara delas, então, assim, algumas atividades foram adaptadas para elas, e elas praticam. E existe um evento em que as escolas têm papel importante que são os Jogos Infantis Pataxó, onde as escolas fazem um mini Jogos Indígenas, focados nas crianças.

Com isso, nós levamos também para dentro dos Jogos a arte nos jogos, que é tentar dentro dos Jogos vislumbrar a ideia da parte comercial, e aí mostrar o que é feito dentro das aldeias com o trabalho artístico, que aí são os colares e adornos e a



própria venda e troca do material entre os indígenas e até os visitantes que os compram. A gente teve uma parceria importantíssima, vinculada ao SEBRAE, que aí não só a capacitação, mas também a melhoria do design, do artesanato, porque a gente começou a se preocupar em fazer isso, foi um avanço interessante. E as parcerias que nós temos não só com as associações indígenas, os conselhos de caciques, que são muito particulares, só nossos, mas também a parceria com instituições não-indígenas. No ano passado, nós tivemos oportunidade de apresentar um projeto ao Ministério do Esporte, que foi contemplado, e isso ajudou muito a alavancar aquilo que era um evento caseiro, até então, que a gente sempre falava que o nosso evento era caseiro, e com o apoio do Ministério a gente deu um salto muito grande em relação à qualidade, à questão de visibilidade, de profissionalizar a nossa equipe, porque a nossa equipe é mista, é composta por índios e não-índios. Essa é outra coisa importante que a gente tem: o envolvimento de índios dentro das nossas coordenações, seja ele aprendiz, seja ele coordenador dentro dos Jogos. Eu cheguei a coordenador técnico devido a um processo de aprendizado dentro dos Jogos Pataxó, que me permitiu chegar até onde cheguei. Graças a isso, a gente tem também incentivado outros jovens a fazer a mesma coisa, que eles possam também se tornar um dos coordenadores, porque dentro do que a gente trabalha lá na comunidade pataxó, Karkaju vai se aposentar, outro parceiro meu, Juari, vai se aposentar, Raoni, vai se aposentar, e esses jovens têm que assumir o que a gente faz, e a gente trabalha pensando nessa questão.

Para o próximo ano — a gente está pensando fazer os Jogos Pataxó a cada 2 anos — a gente pretende também mudar o formato do projeto, vislumbrando ter outro tipo de participação de instituições públicas e privadas, e aí inserir, dentro do que foi discutido no FOPELIN, as políticas de esporte indígena. A gente precisa avançar nesse sentido. Não tem por que a gente fazer um evento em que muitas vezes as pessoas pensam se tratar só de uma celebração. A gente precisa investir e dar visibilidade ao fato de que os povos indígenas necessitam de políticas públicas de esporte específicas e que atendam, dentro do que a Prof<sup>a</sup> Beleni falou, às especificidades de cada povo, à localização, ao acesso, que a gente, muitas vezes, não tem. E assim, a gente quer chegar ao esporte, possivelmente, de alto nível, mas



não como coitadinhos, e sim por mérito. E temos mérito e competência para isso, e vamos chegar lá.

Também estamos trabalhando a criação de ligas e federações. Tivemos o apoio do José Ivan, que é do Ministério do Esporte, no sentido de motivar, dentro da nossa região da Bahia, a criação de ligas e federações. A gente também precisa ter esse entendimento legal sobre como avançar. Não dá para reclamar que nós não temos espaço, se a gente também não se organizar. Para isso, a gente tem trabalhado na perspectiva de melhorar as nossas organizações, que até então eram muito mais voltadas para as questões políticas, para as questões de território, mas agora criar federações específicas que atendam a um público de atletas.

Eu nem fiz questão de apresentar o meu slide porque ia parecer que a gente só trabalha o nosso esporte tradicional, e ali o único diferente, não tradicional que aparece é o futebol, porque em toda aldeia tem um campo de futebol, seja onde for, na praia, onde tiver um quadrado, a galera está jogando; até dentro de casa. Lá na nossa região nós temos desde lutadores de jiu-jitsu, capoeiristas, caratecas, na vela, até jogador de palitinho, que é o meu caso, que eu deixei de ser atleta. Mas, enfim, são pessoas que estão envolvidas na prática do esporte, quebrando o estereótipo de que o índio só pratica o esporte indígena.

Claro, que, dentro do aprendizado, eu tive oportunidade de praticar caratê, na minha adolescência, é claro que dentro do meu aprendizado na academia, eu levava os valores da minha cultura, por exemplo, nos campeonatos de que participei, seja pelo uso da minha pintura, seja nos meus rituais, que estavam presentes nessa atividade, que é uma atividade não indígena, mas não deixava de levar para ela os meus valores culturais, porque isso aí, dentro do que colocamos, são as nossas atividades sagradas, são as coisas que praticamos também em ritual.

E povo pataxó passou por um processo de perda de língua, espaço e tudo mais. Hoje, temos um trabalho forte dentro dessa reestruturação. E os jogos indígenas tanto o nacional quanto o local são uma ferramenta importantíssima para essa reestruturação.

Então, hoje, é muito gratificante quando eu vou às aldeias. Eu trabalho em Porto Seguro, com 18 aldeias, visitamos todas elas, e vemos o jovem hoje não tendo



vergonha de usar a língua como mecanismo de comunicação, que até então, nos depoimentos dos mais velhos, era uma coisa que tinha que ser perdida.

Nos jogos, colocamos como critério de participação das equipes por aldeia que todos trouxessem músicas na língua e músicas novas e atividades pesquisadas com os mais velhos. Então, quando colocamos a *patxiw miwka'ay* dentro dos jogos, ela foi pesquisada, ela foi conversada com os mais velhos e, a partir do consentimento deles, passou a ser uma atividade esportiva para fora. Nós temos outras atividades que são muito mais internas que os mais velhos que vão ver como colocamos essa questão de atividade como esporte ou só cultura.

No ano passado nós trabalhamos com cerca 800 atletas inscritos e um público flutuante de mais de mil índios nos jogos de Porto Seguro. Não conseguimos colocar mais porque não havia transporte. E aí foi engraçado, havia aldeia que queria vagas de cem índios, e tínhamos que dividir e colocar 40. Então, os jogos indígenas hoje são uma ferramenta importante, primeiro pela questão de afirmação política. Nós falamos em jogos em Porto Seguro, fora da aldeia, para mostrar esse espaço político que precisamos conquistar, mostrar no que temos avançado, também um espaço onde possamos estar discutindo com os jovens, com os mais velhos e os índios que estão fazendo faculdade o legado que esses jogos indígenas nos deixam. Então, não ficamos focados só nas apresentações culturais, mas, sim, nos debates também. Isso é importante.

Nós tivemos um avanço tão grande nos jogos pataxós que hoje se tornou referência, nós temos tido a oportunidade de receber convites de outras etnias para levar o que os jogos pataxós evoluíram. É claro que também aprendemos quando visitamos outras comunidades, acabamos trazendo também outro aprendizado.

Para fechar, este ano, começamos com uma proposta de trabalhar a primeira copa feminina de futebol. Tivemos um primeiro amistoso não oficial entre o povo tupiniquim e o povo pataxó, e aí há um fator significativo, o povo tupiniquim era o povo que estava na região de Porto Seguro na época do descobrimento e, hoje, está só no Espírito Santo. E conseguimos fazer esse amistoso entre um povo que era da região e que não está lá mais com o povo, que é o povo pataxó, que está lá, e agora estamos devendo uma visita à aldeia deles para esse amistoso.



Então, conseguimos trazer dentro dos jogos, da questão do esporte, muito mais do que vemos muitas vezes de um atleta de alto rendimento. Vemos a figura do atleta de alto rendimento muito mais como alguém que se destacou na mídia, alguém que se destacou com o esporte, alguém que saiu de uma situação possivelmente de miséria para chegar a conquistar uma medalha, mas, dentro das comunidades indígenas, temos um foco até diferente, nós conseguimos dar destaque àquele atleta, que é um pai de família, que é um cidadão, que traz com ele uma bagagem cultural muito grande, que não é só praticar o esporte, mas praticar os valores da cultura indígena, que tem que ser mantida, tem que ser fortalecida dentro de cada povo.

Em suma, é isso. Eu queria aproveitar rapidamente para agradecer a oportunidade de estar aqui. Eu represento a coordenação dos jogos de Porto Seguro, mas também sou da Superintendência de Ações Indígenas de Porto Seguro, faço parte de dois conselhos de caciques lá na região, e temos, sim, interesse de estar trazendo essas informações, estar participando desses debates e enriquecer tanto as nossas comunidades, as etnias que vislumbram ter esse espaço, que aqui sou eu, Karkaju, falando, mas não vou ser ousado em dizer que represento os povos do Brasil. É preciso mais representação. Eu aqui só represento o meu povo e a minha comunidade. Então, é preciso abrir espaço para outros líderes, outras pessoas nesse contexto, que vai enriquecer bastante essa discussão.

Obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Karkaju, pataxó lá do meu Estado da Bahia.

Esta Comissão tem esse objetivo, na verdade, de fazer com que pessoas que tenham um envolvimento com o esporte, principalmente dentro das tribos indígenas como você de trazer a esta Comissão para que possamos estar debatendo justamente essas ações voltadas para esse povo.

Sabemos a importância que tem esse povo e não podemos ficar inertes àquilo que temos que fazer em relação ao fortalecimento, ao fomento do esporte dentro das tribos indígenas. E é muito importante isso que você falou, que venham mais lideranças para que possamos atingir o objetivo, que é inserir de fato o esporte dentro das tribos indígenas, dentro e fora, na verdade, porque o que vai acontecer



dentro de alguns meses, em Palmas, vai ser realmente o que vai fazer com que isso que até então não foi despertado para o Brasil ainda a partir desse primeiro, esse grande campeonato, possa o Brasil e o mundo estar conhecendo quem são vocês, com certeza.

Muito obrigado.

Está aqui presente o Deputado Nilto Tatto, do PT de São Paulo e também o Deputado Ságua Moraes, do PT de Mato Grosso. Obrigado pela presença de V.Exas. Daqui a pouco nós vamos abrir a palavra para que os Deputados possam interpelar os expositores.

Vamos ao último inscrito aqui para falar, o último debatedor, o Sr. Newton Marcos Galache, pelo prazo de 10 minutos.

**O SR. NEWTON MARCOS GALACHE** - *(O orador fala em outra língua.)*

Traduzindo o início da minha fala, eu estou agradecendo a Deus, em primeiro lugar, por essa honrada oportunidade de estar aqui na Câmara dos Deputados, na Comissão de Esporte, e agradeço também ao nosso parente Marcos Terena por ter me honrado com esse convite de estar aqui “sendo o preposto dele”, representando também o Comitê Intertribal, que é o motor dos jogos indígenas. Os primeiros jogos tiveram início em 1996, em Goiânia, e, hoje, estão avançando mundo afora, e o primeiro internacional vai ser realizar em Palmas, Tocantins, agora em outubro, novembro.

Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do baiano Márcio Marinho. Eu tenho certeza que, mesmo o senhor sendo da cor da noite, como costuma dizer o próprio Marcos Terena, escurinho, moreninho, tem indiretamente também parentesco com o indígena pataxó. E um pataxó autêntico está aí do seu lado, só não sei ainda de qual aldeia.

**O SR. KARKAJU PATAXÓ** - Coroa Vermelha.

**O SR. NEWTON MARCOS GALACHE** - Coroa Vermelha. Eu sou irmão do Marcelo, casado com uma pataxó. Para vocês verem que as coisas vão se encaixando.

Quero parabenizar o pensador que organizou este evento aqui, se não me engano é o Deputado corintiano Andres Sanchez. Vai ter pau daqui a pouco, porque





eu sou palmeirense. Quero dizer que estou muito feliz com esse evento, porque acaba sendo inédito. Deveria haver outros, eu quero que haja outros.

Quero dizer também que o que foi exposto até agora é muito verdade, com muita propriedade, os palestrantes colocaram, frisaram e tentaram passar aqui para vocês a realidade do povo indígena.

Senhores e senhoras, eu posso afirmar-lhes que não é fácil ser índio no Brasil de hoje, não é fácil. Falo com propriedade, com conhecimento de causa, e não porque sou indígena, mas porque passei por tudo isso aí, oh, desses Jogos Indígenas, como atleta, e jogamos no Maracanã com uma equipe do Flamengo. Perdemos, levamos uma goleada, enfim. E, hoje, estava vendo o texto aqui — resumindo minha fala — e quero me ater muito nas ações, nas perspectivas e no legado que os Primeiros Jogos Indígenas deixarão para esses povos.

Mas eu acho que as coisas estão invertidas aqui, as ações, o legado e as perspectivas daqui para a frente. Quanto ao legado, eu posso afirmar também, Sras. e Srs., que eu sou um exemplo vivo falando aqui para vocês, com 51 anos de idade. Graças aos Jogos Indígenas, eu pude chegar aonde cheguei.

Aqui se fala de legado. E um dos legados — estou eu aqui vivo falando aos senhores — é que, se não fossem os Jogos Indígenas...E quem é de Brasília sabe muito bem do que vou falar agora: em meados de 75 a 80, nós tínhamos em Brasília uma equipe de futebol muito respeitada, muito forte, chamada Os Curumins. Não sei se alguns dos senhores e das senhoras se lembram disso. E eu era um jogador, um goleiro da seleção. E não perdíamos, dificilmente perdíamos. Mas, enfim, essa é uma história que quis trazer para vocês, uma experiência de vida.

Hoje, eu sou funcionário público da FUNAI, trabalho na Procuradoria da FUNAI. E digo-lhes que foi através dos Jogos, desses Jogos da década de 70, 80 e até agora — o que com muito orgulho relato a vocês —, que fui encaminhado para os estudos. Graduei-me em Direito, trabalho hoje na Procuradoria da FUNAI, e tenho puxado outros parentes para que estudem, orientando-lhes, pedindo, brigando, lutando, informando para que eles estudem também.

Muitos criticam os Jogos Indígenas, a verdade é essa. Muitos criticam os Jogos Indígenas. Mas, quando se critica uma comissão, é porque não se tem conhecimento de causa. Não se sabe o que vai ser discutido na comissão. Então,



tem que se ir, tem que participar para se começar a entender como funcionam os Jogos Indígenas. Os Jogos Indígenas funcionam dessa forma, desde a estrutura, desde a captação de recursos, do apoio, do Governo, enfim. Assim como o Corinthians, os Jogos são financiados pela Caixa Econômica, tem patrocínio forte.

**O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ** - Desculpe-me, mas o Corinthians não é financiado pela Caixa. A Caixa é um patrocinador, simplesmente.

**O SR. NEWTON MARCOS GALACHE** - Tudo bem, tudo bem, Deputado. Obrigado pela ressalva do senhor.

Enfim, o que os Jogos Indígenas precisam ter é mais apoio, mais investimento, para que, como o Pataxó falou — e falou com Inteligência —, os índios avancem mais, não só na educação, mas também no esporte, sendo atletas do Corinthians. Graças a Deus, já temos os meninos que vão participar dos Jogos Olímpicos como arqueiros.

Mas, Deputado Márcio Marinho, a sua Presidência desta Comissão vai ser muito importante para os povos indígenas, porque eles estão acompanhando, lá nas nossas aldeias, pela Internet. Eles estão acompanhando a minha fala, estão acompanhando a fala dos senhores. Assim, como legado, os Jogos Indígenas têm feito muito para as populações indígenas do Brasil.

É claro que existe muita divergência, muitas, digamos assim, contrariedades, muita insatisfação, muita irresignação por parte de nossos próprios parentes, seja no Pataxó, seja na comunidade Terena. Enfim, em qualquer etnia, em qualquer povo indígena, vocês podem ter certeza de que existe insatisfação, que é muito peculiar, muito legal, muito positiva, porque podemos traduzir isso como democracia. É muito legal.

Quero também falar aos senhores sobre as ações, que são todas estas que os senhores estão vendo nas revistas, nos folhetos, nas pastas que os senhores receberam.

E falo também das perspectivas daqui para a frente. O que nós esperamos dos Jogos Indígenas? Que os Jogos Indígenas, de fato, realmente, façam mais, façam melhor para a população indígena do Brasil.

Porque uma coisa tem que ser vinculada. Jogos Indígenas também têm a ver com questões territoriais, questões de território. Mas eu não vim aqui debater, nem



discutir, nem trazer para vocês essa questão de territorialidade, porque isso tem que ser debatido, brigado e discutido em outra instância.

Então, em 1996, como eu falava para os senhores, o nosso Rei Pelé abraçou essa causa. E eu sei que muitos dos senhores e das senhoras estão abraçando ou pelo menos sendo simpáticos aos Jogos Indígenas, porque isso é só um facilitador para que os nossos índios, lá nas aldeias, tenham melhores perspectivas de vida. Eles dependem desses jogos indígenas.

Pode ser que hoje, como estão sendo formatados ou como foram formatados, os Jogos Indígenas ainda não estejam bons e possam melhorar muito. Mas nós queremos a parceria de todos vocês, principalmente dos nossos Parlamentares brasileiros. Nós estamos no Brasil, somos índios brasileiros e precisamos desse incentivo, desse apoio para que esse fomento para os nossos índios seja facilitado, seja melhorado, seja ampliado.

Os índios foram os primeiros donos do Brasil. Vocês sabem muito bem que hoje os valores estão invertidos. Hoje, lá no meu querido Estado do Mato Grosso do Sul, os nossos parentes índios — seja terena, kaiowá, guarani, ofaié ou outra etnia do Mato Grosso do Sul — são considerados invasores de terras. Quer dizer, éramos donos da terra no passado; hoje somos considerados invasores. Para vocês verem como os valores estão invertidos.

Então, eu quero encerrar dizendo que é isso que os Jogos Indígenas Mundiais devem fazer, para que as coisas realmente venham a melhorar para os nossos índios que estão na aldeia, os índios que estão vivendo e que habitam o pequeno território da aldeia.

Em nome do Comitê, encerro a minha fala. Agradeço a vocês pela paciência e pela atenção. E quero continuar insistindo mais uma vez com vocês, principalmente com os Parlamentares, para que vejam os índios com outros olhos e pensem a realidade indígena de outra maneira. Através dos Jogos Indígenas Mundiais, temos tudo para estabelecermos uma enorme parceria, a qual vocês não têm noção.

Presidente, mais uma vez, parabéns pela Comissão e pelos Parlamentares! Eu gostaria que todos estivessem aqui. Eu estava vendo uma relação de fotografias de Parlamentares que compõem a Comissão, e muitos não estão aqui presentes.



Acho que há somente meia dúzia aqui. Isso é uma crítica construtiva que eu faço. Num futuro próximo, em um outro encontro, que pelo menos a maioria esteja aqui presente para ouvir o que nós falamos, o que nós pensamos, como nós pensamos e o que realmente nós queremos daqui para frente.

É bom que se fale isso, Beleni. Os Jogos Indígenas conseguiram ter essa facilidade de sair da aldeia e vir para a cidade, mostrar para os senhores o quanto são importantes a cultura e as tradições dos povos indígenas. Precisava acontecer isso.

Muitas vezes eu tenho falado, no meu trabalho, que os procuradores federais, da Fundação Nacional do Índio — FUNAI principalmente, não podem decidir uma causa dentro de um gabinete. Como você vai decidir uma causa dentro de um gabinete, se você não conhece a história daquele povo indígena, daquela sociedade indígena que depende de uma decisão? Então, você tem que conhecer a realidade dos Jogos Indígenas. Vá ao Xingu! Vá às comunidades indígenas terena, carajás, enfim, a essas comunidades que estão relacionadas nesses livrinhos com essas fotografias maravilhosas, e comecem a entender melhor a realidade do povo indígena brasileiro. A partir do momento em que você conseguir entender um pouquinho a realidade do índio brasileiro, eu tenho certeza de que você vai mudar de opinião, que você vai reconstruir uma outra opinião, uma outra ideia.

Então, eu desejo isto para vocês: que vocês venham, abracem, lutem conosco por essa causa digna. É maravilhoso esse movimento indígena. Os Jogos Indígenas vêm fazendo muito e vêm fazendo a parte em que muitas das vezes outras instâncias — o próprio Governo e os empresários do Brasil — ainda têm deixado a desejar. O Governo brasileiro está aí e tem feito algo pelos povos indígenas, mas é necessário que se faça muito mais.

Karkaju, nós estamos lá em sintonia, muito ligados aos pataxós e sabemos da sua realidade. A realidade dos índios pataxós é que eles perderam um pouco da identidade, da cultura, da tradição e da língua. A realidade é essa. Mas, eu como (*ininteligível*), eu quero ir junto com você para nós reconquistarmos o que está perdido há mais 500 anos. Está bem, Karkaju?

Presidente, Muito obrigado. Assim encerro a minha fala. (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Eu que agradeço ao Sr. Newton Galache, articulador dos Jogos Mundiais dos Povos Indígena. Eu gostaria de abrir para a plateia, caso alguém deseje fazer alguma pergunta ao Secretário Nacional de Esporte e Educação, Evandro Garla, ao Karkaju, e à Prof. Beleni Salete Grando ou ao próprio Newton, que acabou de fazer a sua exposição. Quem quiser levantar a mão e se identifique para então fazer essa pergunta.

Eu quero aproveitar, dada a informação do Sr. Newton de que existem várias tribos nos ouvindo neste momento pela Internet, para mandar um abraço para todos indígenas e todas as tribos que nos acompanham nesta tarde de quarta-feira, nesta audiência pública. Um forte abraço a todos que estão nos ouvindo neste momento.

Gostaria de abrir, inicialmente, aos Deputados que desejarem fazer uso da palavra. Aqui na Comissão do Esporte, Sra. Beleni, Newton, Evandro e Karkaju, o Deputado Andres Sanchez tem sido um membro atuante e também não poderia ser diferente até pela atuação que ele tem no esporte. Esta Casa e esta Comissão se engrandecem muito e com a presença do Deputado Andres Sanchez aqui nesta Comissão. Eu gostaria então agora de abrir para que V.Exa. pudesse fazer uso da palavra.

**O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ** - Serei bem rápido, Presidente. Quero parabenizar o Karkaju, o Evandro, a Prof. Beleni e o palmeirense Newton, que estava bravo. Mas ele deve ter ficado mais calmo com o time dele, que está em altos e baixos. Isso faz parte. O futebol é assim. Eu entendo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Hoje eu vou dar de 2 x 0 no Vasco.

**O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ** - Eu entendo toda essa agonia das tribos dos índios — nossos irmãos —, porque, se os Governos Municipal, Estadual e Federal não conseguem realmente cuidar dos que moram na cidade, imaginem as dificuldades que os índios têm. Então, realmente eu entendo que o nosso Brasil precisa caminhar muito, melhorar muito em todos os sentidos. Sei dos problemas dos indígenas. Acho que tem que ter uma solução o mais rápido possível, porque realmente, como eu digo, são irmãos nossos, brasileiros, independentemente da etnia em que cada um vive.



Fico contente de ver a demonstração que vocês estão dando com o esporte. Eu sempre apostei nisso. Acredito que educação e esporte têm que andar junto. O esporte é o maior agregador de pessoas e de amigos, independentemente da competição, para fazer com que os povos se autorreconheçam e se auto-admirem. Então, no que eu puder incentivar e ajudar mais, eu vou fazer, porque realmente é algo em que vocês estão de parabéns. Eu sei que não é fácil fazer isso. Se aqui já é difícil, imaginem lá, é muito mais difícil, mas com todo mundo ajudando um pouquinho nós conseguimos.

Então, dou meus parabéns novamente. Quero dizer que podem contar com esta Casa. Peço desculpas, porque, como o Newton disse, alguns Deputados aqui faltaram. Eles têm outras atividades e não levamos isso em consideração. Este é o meu primeiro e último mandato — quero deixar isso bem claro.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Concedo a palavra ao Deputado Ságuas Moraes, do PT

**O SR. DEPUTADO SÁGUAS MORAES** - Quero saudar o Deputado Márcio Marinho, que é Presidente da Comissão, e saudar os demais representantes da Mesa, na pessoa da Beleni, que é lá do meu Estado do Mato Grosso. Gostei muito da fala do Karkaju, também da do Nilton, nosso representante do Ministério.

Sou da Comissão de Educação e também Presidente da Frente Parlamentar em Apoio aos Povos Indígenas. Quando cheguei aqui, em 2011, a Frente Parlamentar em Apoio aos Povos Indígenas havia sido extinta, porque havia falecido o nosso saudoso Deputado Eduardo Valverde, de Rondônia, que era quem coordenava essa Frente. Recriamos a Frente Parlamentar, depois voltei ao meu Estado para ser Secretário de Educação, e o Deputado Padre Ton foi quem passou a coordenar a Frente até o final do ano passado. Ele foi candidato ao Governo de Rondônia e não é mais Deputado. Nós recriamos a Frente este ano, porque em cada Legislatura têm que ser recriadas as frentes parlamentares.

Eu gostaria de dizer que nós temos muitos desafios importantes nessa questão indígena, como, por exemplo, na garantia dos territórios. Está tramitando nesta Casa a PEC 215/2000, que coloca em dúvida essa questão, mas nós estamos construindo uma saída para esse assunto, justamente através da Comissão Especial



da PEC 215/2000 e do Ministério da Justiça. Acredito que, nesses próximos dias, teremos bons resultados desse diálogo entre a bancada do Partido dos Trabalhadores, principalmente; a Frente Parlamentar; os movimentos envolvidos com essa questão indígena; os movimentos interessados no combate à PEC 215/2000, tais como o núcleo agrário da bancada do PT, o pessoal do PV ligado à questão ambiental; e vários partidos, como, por exemplo, o PCdoB. Conseguimos juntar vários partidos em defesa dessa causa e acredito que teremos bons resultados nesses próximos dias.

Nós sabemos do direito à terra e do direito à vida para os povos indígenas e não podemos tirar a possibilidade de a União fazer essa defesa na questão da demarcação de terras, até porque não é constitucional que isso venha a ser analisado pelo Legislativo. Estamos discutindo isso e teremos um bom encaminhamento.

Temos também outras preocupações. Quando nós visitamos os povos indígenas, vemos que há a questão da educação. O Ministério da Educação tem uma gerência que precisa ser ampliada. Tivemos alguns avanços importantes, como a realização da I Conferência de Educação Escolar Indígena, em 2009, que garantiu a criação dos territórios etnoeducacionais. Foram implantados alguns desses territórios, mas ainda não conseguimos implantar todos os que estavam propostos naquela conferência.

Há também a questão da saúde indígena. Foi criada a Secretaria Especial de Saúde Indígena, mas sabemos de algumas dificuldades. Há reclamação dos povos indígenas, por exemplo, com relação à terceirização, que é muito grande dentro da Secretaria. Precisamos discutir esse modelo para saber se é isso mesmo e se há como melhorar o atendimento. Eu acho que foi interessante e importante criar a Secretaria Especial de Saúde Indígena, porque é um órgão que cuida especificamente desse assunto.

Também estão sendo reivindicados os Programas Minha Casa, Minha Vida e Luz para Todos (que já está em quase todas as comunidades), e várias outras políticas do Governo Federal.

Outra preocupação muito grande é com relação à questão da sustentabilidade. Hoje os povos do Cerrado passam por muita dificuldade, pois a



população está aumentando de forma muito acelerada (de quatro a cinco vezes mais do que a população não índia), e no Cerrado não tem mais pesca, não tem mais caça. Temos que buscar alternativas. Estamos discutindo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário — MDA algumas possibilidades de criação de projetos para os povos indígenas. Cada comunidade tem pensado em projetos, por exemplo, nas áreas de piscicultura e agricultura, a fim de que possamos elaborar editais específicos para os povos indígenas. O MDA tem 28 bilhões e 900 milhões de reais para a safra deste ano, então é importante destinar parte desses recursos, neste ano e no próximo, estabelecendo editais exclusivamente para os povos indígenas. Se concorrermos com editais gerais, daqui a pouco ninguém conseguirá nada. Precisamos resolver essa questão da sustentabilidade, que também é uma cobrança muito forte dos povos indígenas.

Chegando ao esporte, em todas as comunidades percebe-se que essa questão do lazer é muito forte e, portanto, há uma cobrança muito forte. O Karkaju disse que, em todas as aldeias, há um campo de futebol, o que é verdade. Isso é comum em todas as comunidades indígenas. E aí se percebe, através do esporte, uma integração maior entre os povos indígenas, dentro das próprias comunidades. É o lazer dessas comunidades, além da questão cultural. O lazer dos povos indígenas com a questão cultural, espiritual é muito mais forte do que nas comunidades não indígenas. Então precisamos fortalecer isso. Por meio do Ministério do Esporte, precisamos garantir pelo menos o mínimo de equipamentos.

A Beleni falou dos índios mundurucus. No dia dos pais, eu estive na Aldeia Mairob, numa festa com os apiakás. É uma terra indígena só, mundurucu, apiaká e kaiabi. Eles têm uma quadra de cimento feita por eles mesmos, mas já está toda danificada. Eles me cobraram uma quadra coberta porque jogam mais futebol de salão.

No dia 12, eu estarei com um rikbaktsá, no Mato Grosso, no meu Município dos índios erikbaktá ou rikbaktsá. Também vamos destinar uma quadra coberta para lá, porque é uma reivindicação deles. Então, percebe-se que eles estão reivindicando.

Eu dizia, no MDA, que, Mato Grosso, há 42 povos. Se se levar em consideração que os xavantes têm quatro ou cinco terras indígenas...





*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. DEPUTADO SÁGUAS MORAES** - São terras, né. É porque são terras separadas: Sangradouro, Imiru, Samarco, *Maraiwatsede...*

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. DEPUTADO SÁGUAS MORAES** - Sim, mas, quanto a terras, há ali quatro terras indígenas. Vamos arredondar tudo para 50 terras. Se colocarmos 50 quadras para os índios, praticamente se resolve o problema em Mato Grosso, que tem a terceira maior população indígena no Brasil. Depois vem Mato Grosso do Sul, que tem a segunda maior população.

Eu vejo que, com pouco recurso, resolvemos um monte de coisas, assim como na questão da sustentabilidade, através de projetos juntos ao MDA; no Ministério dos Esportes, apoio para construir uma quadra numa aldeia central de um povo só. Lógico que a outra aldeia vai querer também, mas, tendo uma central, concentra a atividade esportiva da comunidade.

Então nós precisamos fazer algo mais para criar alguns equipamentos para que possam desenvolver suas atividades, para motivá-los mais nessas atividades, porque faz parte da cultura deles e eles precisam treinar. Eles participam de jogos na cidade em disputa com povos não indígenas. Enfim, precisamos garantir esses equipamentos para eles possam cada vez mais fazer essa integração entre eles, integração regional. Na minha região, são 13 etnias. E eles, na educação, na saúde e no esporte, têm se reunido com muita frequência. A cada dois, três meses, estão têm se reunido para discutir as questões próprias da região. Acredito que, através dos jogos, vai aumentar essa integração, agora nacional, e, depois, nos jogos internacionais que aconteceram em Palmas, com certeza, será um momento importante de confraternização e de troca de experiência e de envolvimento. Eles estão muito animados para esses jogos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Deputado Ságuas Moraes, pelas suas palavras. V.Exa. coloca várias dificuldades que os povos indígenas enfrentam. Eu me lembro que na semana em que nós recebemos aqui uma comitiva, junto com o Zé Ivan, que está lá atrás, e com os indígenas, eles estavam falando da coragem que nós tivemos de trazer esse debate para esta Comissão, dada a dificuldade de o povo indígena chegar a esta Casa. Eu falei para



ele e para aquela comitiva que aqui estava, naquele momento, que, a partir de então, esta Comissão já seria parceira dos indígenas, para aqui discutirmos políticas públicas para esse povo tão esquecido.

Sabemos que, se não houver uma ação efetiva do poder público, no caso, do Ministério do Esporte, em materializar esse sonho, essa vontade desse povo esquecido, que quer participar de tudo, não há como eles saírem de onde estão.

Então, como esta Comissão é a intermediadora, é a caixa de ressonância desse sentimento dessa população, eu tenho certeza que daqui serão materializadas várias políticas e projetos de leis que virarão leis, para poder atendê-las. O Brasil tem uma grande dívida com esse povo, aliás, não só com esse povo, mas com os negros também. Estamos aqui discutindo essa questão dos indígenas, para reparar esse grande problema que a história criou para esse povo, que tanto ajudou e que tanto fez pelo nosso País.

Eu disse que abriria o debate agora. Não me chegou aqui nenhuma pergunta. Portanto, consulto se alguém no plenário deseja usar a palavra para fazer alguma pergunta aos expositores aqui na Mesa. Daqui a pouquinho, nós vamos abrir a palavra aos expositores também.

Como os senhores já falaram, com a palavra o Sr. José Ivan.

**O SR. JOSÉ IVAN** – Só quero fazer uma menção de agradecimento, Deputado Márcio Marinho, Deputado Andres Sanchez, Deputado Ságuas Moraes. O Deputado Ságuas não é da Comissão do Esporte, mas veio aqui e fez uma brilhante apresentação, demonstrando profundo conhecimento. Quero apenas agradecer, em nome dos povos indígenas brasileiros, por esta brilhante oportunidade que nos foi dada, para podermos falar de esporte indígena.

Quando o Karkaju fala da questão das ligas e das federações, quero dar ciência a todos que o Deputado Márcio Marinho, na reunião em que tivemos com três tupiniquins e dois pataxós aqui, por ocasião do lançamento da ideia da primeira copa Brasil indígena de futebol feminino, colocou o seu *staff* de jovem e brilhante advogado, para poder dar apoio à discussão desses estatutos de ligas e federações.

Agradeço ao Deputado Andres Sanchez também, que foi muito receptivo à ideia de receber no Corinthians os atletas indígenas de futebol, que serão indicados pelas comissões. A partir de agora, há um coordenador da CGPIN que é do



Ministério do Esporte. Então, a comissão, que pode indicar atletas ao Corinthians, vai poder abrigá-los. Quando fomos aos jogos lá no Xingu, pudemos perceber a dificuldade dos pais que querem levar seus filhos para fazer aquelas famosas peneiras. Então, isso pode ajudar, de modo articulado. Eu penso que, com a chegada do nosso irmão Jorge Pankará, isso pode se efetivar.

Então, só queria deixar essa palavra de agradecimento. Acho que é uma oportunidade muito rica. Foi um dia de grande felicidade poder acompanhar este brilhante momento.

Muito obrigado a todos os Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) – Obrigado, Sr. José Ivan, pelas palavras. Faça desta Comissão a parceira dos senhores.

Mais alguém deseja fazer uso da palavra?

Vamos então agora às considerações da Mesa, começando pelo Newton, articulador de jogos mundiais indígenas, que já pediu a palavra.

**O SR. NEWTON MARCOS GALACHE** – Só gostaria de reafirmar aqui o meu reconhecimento, assim como o dos povos indígenas do Brasil e do Comitê Intertribal, na pessoa de seus organizadores.

O Governo, através da Secretaria Nacional de Esporte Educacional, está se fazendo muita coisa no esporte para os índios. Evidentemente, ainda é preciso fazer muito mais, mas já existe um começo, um pontapé inicial, com a parceria, daqui para frente, que vamos estabelecer com os Parlamentares simpáticos, amigos dos índios, sejam eles *Rikbaktsa*, Xavante, Terena, não importa.

Deputado Andres Sanchez, que V.Exa. continue entendendo, vendo, pensando que os índios podem, também, ser um atleta, quem sabe, lá do Corinthians ou de outro clube do Brasil.

Enfim, reconheço o agradecimento. Quando o homem reconhece que essas coisas estão acontecendo, vai para a sua casa, consegue dormir, no seu travesseiro, bem tranquilo, com o sono tranquilo. Quero dizer o dia terminou, finalizou, e todo mundo conseguiu entender o que queríamos trazer aqui para vocês, todos, a Mesa, o Presidente da Comissão, os Parlamentares que estão ausentes, mas estão ligados, sintonizados. Inclusive, há uma amiga nossa a Flávia Moraes, de Goiás, que é uma parceira nossa também.



Enfim, Deputado Marinho, continue dessa forma. V.Exa. vai longe, tem um futuro brilhante, enfim, politicamente, se continuar sendo, principalmente, amigo dos índios pataxós lá da Bahia vai ser muito legal isso. *(Risos.)*

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Newton. Com certeza, viu? E aquela região é muito rica, não é?

Com a palavra a Sra. Beleni Salete Grandó.

**A SRA. BELENI SALETE GRANDÓ** - Eu gostaria de pontuar, primeiro, agradecendo esta oportunidade. Quando nós informarmos que os indígenas estão nos assistindo, Sr. Deputado, é justamente porque, após o fórum de Cuiabá, os próprios indígenas organizaram uma rede de WhatsApp chamada “*O Legado do Fórum*”. Eles é que fizeram, então, o primeiro legado, justamente o que o Deputado Andres Sanchez pontuou: uma possibilidade de interação entre os povos indígenas. Aí eu gostaria de destacar, principalmente para esta Casa, que nós estamos falando de 1% da população brasileira. Portanto, nós delegamos para esse 1%... Eles são minoria, são 300 diversidades. Nós lutamos por tantas minorias e não lutamos por uma minoria que é a história deste País.

Nenhum país vai para frente, nenhum povo, enquanto o povo cresce, se não conhece a sua própria história. Então, se nós continuarmos, enquanto brasileiros, delegando a história deste País nas mãos de quem massacrou, violentou famílias...

Eu estive em Araputanga, Sr. Deputado, fazendo um primeiro seminário em uma faculdade privada, que nos convidou para fazer um seminário sobre práticas corporais indígenas para o pessoal da educação física, porque esta Casa é que produziu uma lei chamada Lei nº 11.645, que foi feita em 2008, após a 10.693, que tornava obrigatória a questão da cultura e da história afro-brasileira. Naquela época, eu estava fazendo o meu doutorado em Santa Catarina, em 2003, e encontrei uma liderança de Santa Catarina negra, a Neruza, que disse assim: “*Benine, os índios não querem fazer com a gente a lei. Então, nós vamos deixar de fora.*” Aí nós paramos em Brasília para cada uma voltar para casa, na época, eu vindo de Santa Catarina, ela indo, ela disse assim: “*Eles não querem*”. E eu disse para ela: “*Porque não existe um índio*”. Falar de “o afro-brasileiro” é porque todos os povos africanos que chegaram aqui foram distribuídos para não falar a própria língua, para não



cultuar a sua própria religião, para não passar os saberes tradicionais que traziam das suas tribos. Então, não existe o povo “x”, “y”, “z” africano. Existe um legado de todos os povos da África, que dizemos que é a nossa brasilidade, com mais de 50% da população. Eu não tenho nenhuma raiz africana, mas é impossível eu não ser africana neste País, porque eu não consigo parar e ser sensível se tocar um tambor, e isso eu não vou saber fazer, mesmo com a herança dos meus ancestrais que não vieram dessa terra, nem da África.

Então, eu não tenho como dizer que eu não sou indígena neste País, porque eu não posso comer churrasco com pão, como se faz lá no Sul. Eu tenho que comer com mandioca, porque a mandioca tem fibra, é muito mais saudável. Aliás, Elenara, o churrasco é herança gaúcha? Não, é do gaúcho, do povo do Pampa, que é o indígena! O que nós temos de cultura senão a cultura indígena, e por que nós fazemos questão de negar que essa história de que nos faz ser tão bons é indígena, é ameríndio? Os africanos que vieram para o Brasil são o quê? Inclusive a religiosidade afro-brasileira é mestiça indígena, ela não é pura africana. Ela só o é porque é indígena. O africano que aqui chegou não podia nem conversar com outro.

Então, trabalhar a Lei nº 11.000 — e, desde 2008, há obrigatoriedade dela — é trabalhar com a história e a cultura do povo do Brasil, ou melhor, dos povos do Brasil. Não há problema algum em ser multiétnico, multilíngue lá na Espanha, onde em cada região se fala uma língua, tem uma cultura, uma comida. No país basco inclusive há uma forma de economia totalmente diferente da catalã, e que se opõe até hoje. Por que nós não podemos?

E aí eu queria pontuar, lembrando a fala do companheiro de longa data, Deputado Ságuas Moraes, de Mato Grosso — e eu já o obriguei, quando Prefeito, atender aos rikbaktsa, que nem eram do Município dele, em 1997. *“Ah, o Prefeito... Eu não quero nem saber”*. Vamos fazer a escola para os... *“Mas não é do meu Município! Eu não posso.”* Mas eles querem que seja você, e não outro Prefeito, não é Deputado Ságuas? Então, nós nos conhecemos nessas esbarradas justamente nas brigas pelos indígenas. E o que acontece é justamente isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Sra. Beleni, depois ele tem que explicar para nós como é que ele fez isso. *(Risos.)*

**A SRA. BELENI SALETE GRANDO** - Isso foi em 1997.



*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. BELENI SALETE GRANDO** - O que o Deputado Ságuas fez lá é considerado legal hoje no Brasil, é o etnoterritório. E aí, Sr. Secretário, a partir da educação e da saúde, já temos um legado de experiência com os povos indígenas e de atendimento um pouco mais próximo do Estado nas aldeias. E não é por acaso que todas as questões do esporte e da cultura se potencializam na escola, onde o Estado se faz unicamente presente e, de certo modo, na saúde.

Agora, quem tem um grande legado de saber lidar com os povos indígenas é a FUNAI. E aí eu gostaria de destacar: quando se retira o dinheiro da FUNAI, ele é dado para o indígena tomar conta. Vejam como isso é macabro!

Então, eu vou chamar o próprio povo, que deve ser liderança e representante, e aí eu tiro o dinheiro. É o mesmo que o Sr. Secretário chamar um indígena para a coordenação, e não dar dinheiro para ele, e depois dizer assim: *“Não, mas eu deixei o indígena lá.”* É isso o que acontece em todas as instâncias, quando se fala em povos indígenas. Eles não têm a nossa lógica. Aliás, não dá para comparar um terena com um pataxó. A lógica do terena é muito diferente da lógica do pataxó.

O potencial de articulação de um terena não é a mesma do pataxó. Este tem outra história, outra cultura, outra lógica. Existe justamente essa diversidade de formas de pensar, de formas de viver. A garantia da qualidade de vida em cada contexto vai dar o nosso legado. E isso nós vemos nos jogos. Como o Karcaju pontuou, lá na aldeia Munduruku não tem uma seleção para participar de um campeonato, mas os três jovens que estão lá têm potencial para serem atletas nacionais, Deputado. Só que lá na base eles não têm a menor chance. Aí eu gostaria de lembrar o que o Deputado Ságuas pontuou a respeito da estrutura. Foi muito debatido no fórum como potencializar as regionais. Foi inclusive discutida a questão de centros de formação de atletas.

Nos Jogos, nós tivemos dois palestrantes indígenas que são ex-atletas. Um atleta, que é o Dream, foi escolhido lá como arqueiro e está se preparando para as Olimpíadas. Ele foi selecionado em Manaus, entre um grande número de pessoas que saíam procurando potencial nas aldeias. Ele mesmo não sabia que tinha potencial para ser um atleta, mas hoje ele está se preparando para ser um atleta nas Olimpíadas. Vejam, trata-se de possibilitar que eles consigam acessar.



Ao mesmo tempo, a gente tinha um atleta xavante que estava muito bem nacionalmente. Ele estava sempre em ótimos lugares em âmbito nacional, mas ele deixou de ser atleta porque tinha que ser, primeiro, um guerreiro xavante. Então, ele não seguiu carreira. Quantos dos nossos atletas não seguem o esporte por várias outras coisas? A gente não vai deixar de investir em um xavante por que um outro xavante não chegou até ao final, não é mesmo?

Então, é essa diferença, Deputado, que, quando a gente trabalha com esporte, tem que considerar. Para que um xavante seja um bom xavante, ele tem que ser pai de um monte de filhos. As relações políticas da rede interna são mais importantes do que qualquer outra coisa. Isso inclusive implica dimensões espirituais. Tem que se ter essa compreensão a partir do xavante. Não dá para comparar com o pataxó, como não dá para comparar com o terena. Mas todos têm os seus potenciais.

E, aí, quanto à questão da alimentação, Ságuas, como eu vou fazer um evento de Jogos se eu não garantir comida? E quê comida? Como eu vou garantir uma condição de nutrição? Deputado Márcio Marinho, neste documento que os próprios indígenas escreveram no fórum, eles falam sobre a questão nutricional. Eles apontam aqui que querem aprender sobre isso e, inclusive, garantir essa alimentação. Embora eles não tenham feito o curso de Educação Física, como eu, nem sejam doutores da Sociologia do Esporte, como o Artur aqui presente, eles sabem a questão da relação do gasto energético com o trabalho do movimento. Eles sabem por experiência. Eles sabem que, se há um menino correndo atrás da bola, em determinado período, o gasto dele é totalmente diferente do gasto de ir para a roça. E, se ele foi para a roça num horário, e no outro foi jogar bola, ele tem que ser suprido de alimentação.

Então, a gente vê a sabedoria do tempo do menos esforço que os indígenas fazem, que tem a ver com a questão da sabedoria de lidar com a qualidade do alimento que se come naquela região. Se eu falar de Cerrado, qual é o potencial de alimento do Cerrado? E vai se ver essas práticas corporais, muito sabiamente, construídas a partir dessa potencialidade da alimentação daquele povo. Não é que haja um povo mais ágil do que um outro mais lento. É a sabedoria da ciência desse povo.



E nós poderíamos aprender inclusive isso se tivéssemos investimentos nos esportes, compreendidos com essa dimensão da saúde, da educação e de se construir um legado, de fato, dessas tradições, como o Karkaju exemplificou. Uma brincadeira, que era para aquecer, transforma-se numa prática lúdica e esportiva, que pode ocorrer. Então, isso é garantir que essa sabedoria seja passada, inclusive, de geração para geração. Isso me aquece, essa é uma sabedoria em que se passa a ter consciência do que é. Isso é empoderamento do próprio povo. E o povo brasileiro precisa de empoderamento.

Então, nessas relações, como fizemos com os não indígenas, Sr. Deputado, a gente consegue perceber... Com esses meninos, por exemplo, lá nessa faculdade privada do interior de Mato Grosso, há um mineiro, negro, que diz assim: *“Eu sou descendente de índio”*. *“Meu vô conta que minha vô foi caçada.”* Eu falei: *“Tá, e você quer o quê? Quer lembrar que você é filho daquele selvagem, que laçou uma menina de 8 anos, ficando amarrada por 3 dias, porque ela queria fugir e voltar para a família dela? E você quer dizer que você é descendente daquele que fez esse ato? Ou você quer dizer que você é descendente dessa menina, que tinha uma família, que sofreu uma violência absurda, mas que teve a condição e a humanização dela de garantir família e futuro para se chegar até aqui”*. Veja só a diferença quando trabalho com a história e a cultura dos povos indígenas.

Vou garantir que esse rapaz possa inverter a lógica absurda colonialista que nos oprime sem termos condições de compreender que estamos sendo oprimidos. Obviamente que o Karkaju é o fenótipo mais negro. São 500 anos de luta para permanecer Pataxó? Preciso compreender isso. E quando compreendo isso, compreendo e sei muito mais sobre o meu povo, meus ancestrais e, mais do que isso, como o Karkaju também exemplificou, o conhecer sobre as mulheres... Bom, se na minha cultura não é assim, tenho que reconhecer o que é machismo, porque, como brasileira, reproduzo isso: a cultura opressora do Brasil também oprime a minha.

Então, isso é desenvolvimento humano. O esporte pode contribuir com isso sempre articulado com essa dimensão mais ampla da compreensão da vida, que é o que importa e que implica nas questões de práticas corporais. O corpo é a pessoa. Se o corpo não está alimentado, não existe pessoa capaz de nada. Se o corpo não é





feliz, as pessoas não são felizes, elas não têm vida. Portanto, não produzem vida, não produzem trabalho. Essa relação de trabalhar as práticas corporais é trabalhar a garantia da vida, e a vida com múltiplas possibilidades.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Dra. Beleni pela sua exposição.

Concedo a palavra ao Karkaju Pataxó para fazer uso da palavra e as suas considerações finais.

**O SR. KARKAJU PATAXÓ** - Sr. Presidente, quero aproveitar a fala do Deputado Andres Sanchez e do Deputado Ságuas Moraes em duas situações. Primeiro, quero agradecer ao Sr. José Ivan que já tinha passado por *e-mail* essa possibilidade de apresentarmos alguns atletas do futebol. O meu pedido é que não fique só no futebol, que possamos abrir portas para outros atletas em outras modalidades. Temos anseio por isso. Vou citar um exemplo.

O nosso atleta de arremesso de tacape foi bicampeão nos jogos nacionais. Aí, uma conversa para poder não mexer com o seu ego, ele falou: *poxa, você é o cara que mais se destaca na modalidade de arremesso de tacape. Começa a ser o técnico do arremesso de tacape.* Hoje o seu aluno arremessa mais longe do que ele. Quer dizer, ele desenvolveu uma técnica que passou a um aluno, e o aluno hoje está dentro da nossa delegação, e que possivelmente vai representar o povo Pataxó no mundial de arremesso de tacape. Motivamos também essa questão.

Deputado Ságuas Moraes, com relação à sustentabilidade, nos dias 11 e 12 realizamos, em Porto Seguro, o primeiro seminário de gestão indígena. E um dos temas que levamos para discussão, um tema sensível, é a segurança nas terras indígenas e atuação das forças policiais em parceria com as comunidades. Levamos esse tema para a discussão dentro desse fórum, que é a questão da sustentabilidade. Lá, nós criamos um grupo gestor, que faz a articulação com as Secretarias Municipais, onde levamos programas de governo para dentro das aldeias, nas bases. Uma discussão seriíssima que temos colocado lá é a da sustentabilidade, até porque tem uma coisa que me preocupa. Quando se fala em projetos para índio, fala-se: vamos levar agricultura, artesanato, pesca. Nós queremos tecnologia. Queremos formar índios e ter espaço em outras áreas que



não seja só essa. Não abrimos mão dessas, mas queremos espaço em outras áreas.

Quando o senhor fala de editais específicos é interessante, sim, porque muitas vezes a minha aldeia tem um perfil diferente da minha aldeia vizinha, tem uma característica muito diferente. Dentro do que a Dra. Beleni expôs, acho que não seria só a quadra de futebol, mas se pudéssemos pensar nas quadras poliesportivas para podermos aumentar a gama de atletas... Estamos lá num esforço... Temos uma parceria muito boa. E, aí, trago, Deputado Márcio, um abraço do Professor Ney Santos, da SUDESB. Estamos fazendo um esforço para tentar fazer um campo de futebol em forma de estádio. Na minha aldeia já uma, queremos levar para a aldeia de Barra Velha, que é a nossa aldeia-mãe, porque a molecada cobra ter um campo em que eles possam treinar. É muito grande o volume de índios que gosta de futebol. A gente anseia também em ter um espaço físico onde possamos praticar isso.

Quero estender aos demais o convite feito aos Deputados para conhecer o povo pataxó, para conhecer os povos indígenas. O povo pataxó hoje se destaca no trabalho com ecoturismo. Na região de Porto Seguro e no resto da Bahia, somos a primeira aldeia a trabalhar com ecoturismo. Esse projeto foi trazido para a FUNAI como projeto-piloto e tem sido referência para outras aldeias até na questão da sustentabilidade.

Vejam que a nossa sustentabilidade influencia o esporte, porque, dentro das aldeias, como eu falei, a prática esportiva e cultural está no dia a dia contextualizada. O mais interessante é que os líderes indígenas apostam na prática do esporte e a incentivam dentro das aldeias, seja esporte tradicional ou não.

Então, fica o convite não só aos Parlamentares, mas a todos, para conhecer a aldeia. Indo a Porto Seguro, no intervalo entre um banho de praia e uma água de coco, conheçam as aldeias pataxó.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Karkaju.

Inclusive, nós já fomos até convidados para participar da abertura dos jogos do campeonato feminino que vai acontecer agora em Porto Seguro. Certamente, terei a oportunidade de estar presente. O José Ivan já fez esse convite



pessoalmente para nós. Gostaria muito de estar lá, representando também a Comissão de Esporte em Porto Seguro, nessa abertura do campeonato feminino.

Muito obrigado.

Com a palavra o Sr. Agnar. Nós já estamos nas considerações finais, mas o senhor pode fazer uso da palavra.

**O SR. AGNAR** - Venho fazer aqui a justificativa da ausência do Marcos Terena, que está numa visita técnica em Palmas, com parte da equipe. O Carlos também está com uma parte da equipe no Maranhão, fazendo uma visita técnica dos jogos lá, visitando as aldeias.

Em relação aos jogos, além do esporte, além das competições, nós temos também tem um festival cultural. São 13 dias de evento e, em 3 desses dias, ocorre o festival cultural. Nós já temos confirmadas as presenças do Senador Romário, da madrinha Margareth Menezes e do autor Paulo Betti.

Dentro da arena, nós temos a Oca da Sabedoria, que é um espaço voltado a palestras, *workshops*. Temos também a Oca Digital, que é voltada à tecnologia. Como o Karkaju mesmo falou, os índios se interessam bastante. Normalmente, nós fazemos eventos ligados a essa área.

E não podemos nos esquecer de que 22 etnias internacionais virão. Vai ser uma explosão cultural, um enriquecimento cultural muito grande para o nosso País. Grandes amizades serão feitas e já estão sendo feitas há algum tempo. E não nós esqueçamos do lema dos jogos: *O importante não é competir, e sim celebrar*.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Márcio Marinho) - Obrigado, Agnar.

Nós já fizemos aqui justamente essa justificativa da ausência do Terena por conta desse descompromisso lá de acompanhamento.

Com a palavra o Secretário Nacional de Esporte, Evandro Garla.

**O SR. EVANDRO GARLA PEREIRA DA SILVA** - Sr. Presidente, mais uma vez agradeço o convite tanto do senhor quanto da Comissão, sendo o autor do requerimento o Deputado Andres Sanchez.

Já que o nosso amigo Agnar falou sobre alguns temas dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, apesar de que já falei no início, só quero deixar claro que



existe hoje uma parceria nesse projeto dos jogos, entre o Ministério do Esporte, o ITC, o Município de Palmas, o Estado do Tocantins e também o PNUD.

O Congresso Técnico realizado no Estádio Mané Garrincha já estava sendo visto. Mas, com a confirmação da presença da Presidenta Dilma no evento, a Casa Civil juntamente com todos os órgãos dos Ministérios passaram a ter reuniões permanentes.

Por exemplo, a responsável desses temas hoje é a Nina Gomes, da Casa Civil, onde estamos debatendo os mais diversos assuntos, para que esses jogos de fato venham a dar certo, porque hoje são considerados um grande evento.

Para se ter uma ideia, podemos dizer que são um evento-teste propriamente das Olimpíadas, com as mesmas equipes. Há oficinas de segurança sendo feitas da parte no Rio de Janeiro e existem os responsáveis das oficinas de segurança hoje em Palmas. As oficinas de saúde que estão sendo realizadas no Rio de Janeiro também estão sendo realizadas em Palmas.

Na segunda-feira, foi assinado um termo de cooperação entre a Secretaria de Desenvolvimento Humano e a própria Prefeitura de Palmas e o Estado de Tocantins no sentido da defesa de todas as crianças e adolescentes. Isso foi debatido numa das audiências e reuniões de que nós estávamos participando.

Estavam sendo debatidos vários assuntos, mas a preocupação era o perigo da prostituição infantil. Uma vez sendo debatido esse tema, foi convocada a própria Secretaria, que em seguida já fez um plano. E todas as ações que foram feitas na Copa e que serão realizadas nas Olimpíadas serão também utilizadas nos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. Então, para o Estado brasileiro, hoje os Jogos Mundiais Indígenas são considerados um grande evento.

O Nobre Deputado Ságuas estava falando sobre a infraestrutura para as comunidades indígenas. E o próprio Ministro George Hilton já veio a esta Comissão falar de um projeto, de uma ação. Creio que o senhor se lembra, Presidente, que ele falou sobre a Vila do Esporte.

Trata-se de um complexo esportivo não tão grande quanto um centro de iniciação ao esporte. É um complexo menor, contendo um campo de *society*, uma quadra coberta, uma pista de caminhada e também uma academia ao ar livre. O projeto Vila do Esporte é justamente para atender aos Municípios com até 50 mil



habitantes. Então, eu até mesmo já pedi para a nossa coordenação fazer um recorte para saber onde geograficamente — por Município, vamos assim dizer, não colocando as áreas territoriais indígenas — estão instalados, para que, quando esse projeto começar a entrar em vigor, as nossas comunidades, as nossas aldeias possam ser também beneficiadas.

Antes mesmo do Vila Esporte, deixo claro que nós também temos os nossos programas: o Programa Segundo Tempo, o Programa Esporte, Lazer e Cultura nas cidades — o PELC e temos o PTC, que é exclusivo para as comunidades tradicionais.

Gostaria que o Deputado Ságuas aqui estivesse, mas vou pedir em nome do Presidente que esses programas também possam ser realizados através de emendas parlamentares. Hoje nós temos 305 etnias — se eu estiver errado, corrijam-me, por favor — espalhadas em todo o território nacional.

Como a composição da Comissão é diversificada em relação aos Estados, eu faço esse apelo aos nobres Parlamentares para também ajudar o Ministério, a fim de colocarmos esse programa e espalhá-lo pelo nosso Brasil, independente do Programa Vida do Esporte, que se refere à infraestrutura. O próprio PELC foi realizado, foi idealizado para os locais onde não existe infraestrutura.

Para adiantar, para que os nossas comunidades sejam atendidas, eu faço esse apelo. O próprio Ministério — infelizmente isso aconteceu em vários Ministérios — teve um corte muito grande em seu orçamento. Gostaríamos de estar fazendo muito mais com esses programas, mas através das emendas isso é possível.

Já encerrando, o Ministro George Hilton, quando assumiu a pasta do Ministério do Esporte, colocou como prioridade as Olimpíadas, o que é natural, porque já são um grande evento, estão aí hoje, é fato, acontecerão no ano que vem. Mas o grande foco do trabalho dele hoje é a inclusão social e de fato trabalhar na parte educacional, juntamente com os povos indígenas.

Não é a toa que isso foi realizado em 7 ou 8 meses em 2015, na gestão do atual Ministro George Hilton. Então, quero deixar claro que o nosso Ministro tem trabalhado bastante na área indígena. Temos muito que fazer, como o próprio Dr. Newton falou agora há pouco. Temos muito que fazer, mas nós estamos trabalhando no nosso máximo e vamos assim fazer. Não podemos querer fazer uma



compensação, porque a distância é muito grande, mas nós temos muito que realizar, muito que fazer.

Quero agradecer ao *staff* do Ministério que está aqui, às diretoras, a todas as coordenadoras, ao pessoal da ASPAR do Ministério. Muito obrigado pela presença e pelo apoio.

Eu tenho certeza, Sr. Presidente, de que muito estará sendo feito, por meio de políticas públicas de incentivo ao esporte, através dessa equipe, para os povos indígenas.

Então, eu agradeço e, mais uma vez, coloco o Ministério à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Andres Sanchez) - Não tendo mais ninguém para falar, quero finalizar os trabalhos, primeiramente agradecendo a todos presentes aqui, principalmente ao Karkaju, ao Evandro, à Dra. Beleni, ao Newton. Muito obrigado. Tudo aqui foi muito esclarecedor.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, convocando os Srs. Parlamentares para a reunião de audiência pública que debaterá *A capoeira no Brasil*, a ser realizada dia 25 de agosto, terça-feira, às 14h30min.

Está encerrada a sessão.

Obrigado e boa tarde a todos.